

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRETORIA DE INTEGRIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS

ATA da 21ª Reunião do Projeto de Governança na Aquisição de Insumos estratégicos (IES)

Local: Local: Sala de Reunião 125 da Secretaria Executiva/MS – Edifício Sede
Data: 20/01/2021 | **Início:** 14:00 | **Término:** 17:00 | **PRESENCIAL**
Assunto: Continuidade das discussões da avaliação dos riscos do macroprocesso de aquisição de insumos estratégicos em saúde, constante da Planilha Documentadora.

Participantes:

- 1-Participante/Cargo:** Carolina Palhares de Lima – Diretora da DINTEG
2-Participante/Cargo: Nilton Carlos Jacintho Pereira – Diretor Substituto da DINTEG
3-Participante/Cargo: Francisco José Ribeiro Facchinetti – Coordenador COGER/CGCIN-DINTEG
4-Participante/Cargo: Vera Lucia de Melo – COGER/CGCIN/DINTEG
5-Participante/Cargo: Rita Oliveira – COGER/CGCIN-DINTEG
6-Participante /Cargo: Alexandro Ogliari – SE/MS
7-Participante/Cargo: Gustavo Holanda Rego – DLOG
8-Participante/Cargo: Rebeca Mancini Pereira – DAF/SCTIE
9-Participante/Cargo: Cristiano Fagundes da Rocha - DAF/SCTIE

Resumo dos temas tratados:

A Diretora de Integridade, iniciou a reunião dando continuidade às discussões registradas na Planilha Documentadora de 18.01.2021, reportando-se aos objetivos do macroprocesso identificado: **“Cadeia Integrada de Insumos Estratégicos de Saúde”**.

Isto posto, iniciou-se a avaliação do risco – **8. “Fiscalização contratual deficiente/insuficiente”**, da qual resultou as causas e consequências abaixo, a seguir:

CAUSAS:

- Normatização insuficiente para realização da fiscalização de contratos.
- Inexistência de servidor capacitado para realizar a fiscalização dos contratos.
- Ausência de manual/modelos/checklist de fiscalização de contratos para orientar a fiscalização (**recebimento provisório e definitivo**).
- Inexistência de critérios definidos no PB/TR para realização dos aceites provisórios e definitivos.
- Quantitativo insuficiente de servidores para execução de atividades de fiscalização.
- Modelo e fluxo de fiscalização insuficientes para os casos de entregas descentralizadas (**ausência de servidores do MS para auxiliar na fiscalização de contratos nos locais de entrega nos estados**).
- Fragilidades no atesto e no envio, ao MS, de notas fiscais relativas às entregas descentralizadas (**assinatura por servidor do estado não designado, extravio e tempo prolongado para envio de notas fiscais ao MS**).
- Ausência/Deficiência de relatório de fiscalização parcial ou final.

CONSEQUÊNCIAS:

- Recebimento de objeto em desconformidade com o contratado (**qualidade/quantidade/prazo**).
- Ausência de instrução de procedimentos de apuração e respectiva aplicação de sanção.
- Possibilidade de contratação de empresas que deveriam ser suspensas do direito de licitar (**ausência de registro de ocorrência no SICAF**).
- Pagamento por objeto recebido em desconformidade com o contratado (**qualidade/quantidade**).

Ademais, apresentaram-se as sugestões dos riscos abaixo, propostos pela Diretoria de Integridade:

- Ausência de análise do processo de contratação pela Conjur
- Realização de pagamentos irregulares (**ex: antecipação, favorecimento para priorização de pagamento**).
- Ausência de aplicação de sanções a empresas que descumprem o contrato e/ou a legislação.

Encaminhamentos:

- a. Sugerir, na coluna **RESPOSTAS A SEREM ADOTADAS**, ações de tratamento, referentes ao risco 8. **“Fiscalização contratual deficiente/insuficiente”**.
- b. Analisar os riscos sugeridos pela Diretoria de Integridade.
- c. Disponibilizar a todos os participantes a Planilha Documentadora ajustada com os registros das discussões realizadas nesta reunião.

COGER/CGCIN/DINTEG-MS

Brasília, 20 de janeiro de 2021